

CONTAS DE 2017



APPACDM
de Portalegre

H. G.
S.
S.

Índice

Balanço.....	3
Demonstração de Resultados por Natureza	4
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	5
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	6
1 Identificação da Entidade.....	7
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1 Bases de Apresentação	7
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	12
5 Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6 Ativos Financeiros	13
7 Custos de Empréstimos Obtidos	13
8 Inventários	14
9 Rédito.....	14
10 Subsídios / Apoios à Exploração.....	15
11 Benefícios dos empregados	16
12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
13 Outras Informações.....	17
13.1 Clientes.....	17
13.2 Outras Contas a receber	17
13.3 Diferimentos e rendimentos a reconhecer.....	18
13.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	18
13.5 Fundos Patrimoniais.....	18
13.6 Financiamentos Obtidos	19
13.7 Fornecedores	19
13.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	19
13.9 Outras Contas a Pagar.....	20
13.10 Subsídios, doações e legados à exploração	20
13.11 Fornecimentos e serviços externos.....	20
13.12 Imparidade de dívidas a receber.....	21
13.13 Outros rendimentos e ganhos	21
13.14 Outros gastos e perdas	21
13.15 Resultados Financeiros.....	22
13.16 Acontecimentos após data de Balanço.....	22

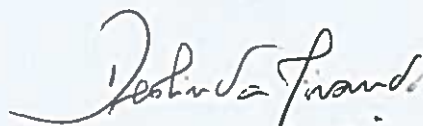
Balço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.350.772,75	2.453.856,52
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	6	6.930,64	5.220,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/asociados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2.357.703,39	2.459.076,52
Ativo corrente			
Inventários	8	5.668,29	4.573,28
Créditos a receber	13.1	22.611,63	16.749,21
Estado e outros entes públicos	13.8	6.541,62	11.234,18
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/asociados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	13.3	6.199,94	0,00
Outros ativos correntes	13.2	18.116,88	19.536,18
Caixa e depósitos bancários	13.4	249.423,22	179.254,33
Rendimentos a reconhecer	13.3	-39.737,00	0,00
		268.834,58	231.347,18
Total do ativo		2.626.527,97	2.690.423,70
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13.5	483,48	483,48
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	13.5	67.695,85	67.695,85
Resultados transitados	13.5	679.317,08	554.830,89
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13.5	1.580.319,49	1.628.480,83
		2.327.815,90	2.251.491,05
Resultado líquido do período	13.5	72.419,11	124.486,19
Total dos fundos patrimoniais		2.400.235,01	2.375.977,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13.6	0,00	123.466,73
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	123.466,73
Passivo corrente			
Fornecedores	13.7	32.227,03	23.743,26
Estado e outros entes públicos	13.8	21.562,71	17.766,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/asociados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	13.9	172.503,22	149.470,28
		226.292,96	190.979,73
Total do passivo		226.292,96	314.446,46
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.626.527,97	2.690.423,70

A Direção


 António da Silva
 José da Silva
 João da Silva

A Contabilista Certificada


 Francisca Nogueira

Demonstração de Resultados por Natureza

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	254.871,00	245.307,34
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.134.039,14	1.089.517,94
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	125.607,06	108.840,00
Fornecimentos e serviços externos	13.11	249.083,93	250.784,29
Gastos com o pessoal	11	878.284,83	787.993,82
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13.12	-800,00	-1.200,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	13.13	69.535,29	70.704,65
Outros gastos	13.14	7.050,21	4.417,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		199.219,40	254.694,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	124.417,76	123.273,17
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		74.801,64	131.421,28
Juros e rendimentos similares obtidos	13.15	7,78	0,00
Juros e gastos similares suportados	7	2.390,31	6.935,09
Resultados antes de impostos		72.419,11	124.486,19
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		72.419,11	124.486,19

A Direção

João Cláudio
 João Cláudio

A Contabilista Certificada

Francisca Nogueira

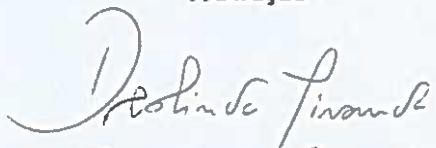
Demonstração de Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

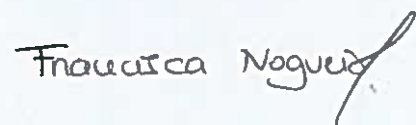
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		247.511,87	234.069,97
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-282.282,40	-333.645,49
Pagamentos ao pessoal		-841.289,11	-765.721,36
Caixa gerada pelas operações		-876.059,64	-865.262,86
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		1.093.749,43	1.089.470,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		217.689,79	224.208,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-23.072,82	-81.707,47
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-2.768,72	-1.998,07
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		4.353,68	154.666,94
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-21.487,86	70.961,40
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-123.545,61	-323.444,19
Juros e gastos similares		-2.487,43	-7.105,09
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-126.033,04	-330.549,28
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		70.168,89	-35.379,77
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		179.254,33	214.634,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		249.423,22	179.254,33

A Direção


 João de Pinho
 Joaquim de Almeida
 João de Almeida

A Contabilista Certificada


 Francisca Nogueira

H-
F
F

APPACDM de Portalegre

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Ano 2017

1 Identificação da Entidade

A “APPACDM de Portalegre – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS”, com sede em Lugar de Mouta – Apartado 243, em Portalegre, que desenvolve atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com e sem alojamento.

As Demonstrações Financeiras anexas foram aprovadas pela Direção na reunião de 6 de Março de 2017. As mesmas serão sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 46 dos Estatutos da Instituição.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, em conformidade com o quadro legal em vigor em Portugal, mais especificamente, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2 Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço médio de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

A Instituição adota como método de custeio o custo médio.

3.2.3 Ativos e Passivos Financeiros

Os seguintes ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento:

a) Beneméritos/patrocinadores/doadores/associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, patrocinadores, doadores ou associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Instituição estão registadas no ativo pela quantia realizável.

b) Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das eventuais perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

c) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem valores de caixa e depósitos bancários à ordem, montantes que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

e) Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.4 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com os requisitos a ele associados e de os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos são inicialmente reconhecidos como Fundos Patrimoniais e, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídios favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração de resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

3.2.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido desde que todas as seguintes condições se verifiquem:

- a) O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- b) É provável que os benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- c) Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- d) A fase de acabamento do serviço pode ser mensurada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica de Fundos patrimoniais constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e é composta por:

- a) Fundos atribuídos pelos fundadores da Instituição ou terceiros;
- b) Fundos acumulados e outros excedentes;
- c) Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada Instituição estabelecem que seja de incorporar no mesmo.

3.2.7 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados como ativos ou passivos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, no início e no fim dos períodos de 2017, foram as seguintes:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	64.843,73 €					64.843,73 €
Edifícios e outras Construções	2.609.389,21 €					2.609.389,21 €
Equipamento básico	205.269,80 €	19.824,61 €				225.094,41 €
Equipamento de transporte	189.086,83 €					189.086,83 €
Equipamento biológico	- €					- €
Equipamento administrativo	119.723,62 €	1.509,38 €				121.233,00 €
Outros Ativos fixos tangíveis	66.975,73 €					66.975,73 €
Total	3.255.288,92 €	21.333,99 €	- €	- €	- €	3.276.622,91 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €					- €
Edifícios e outras construções	366.834,53 €	57.947,73 €				424.782,26 €
Equipamento básico	160.135,22 €	38.691,23 €				198.826,45 €
Equipamento de transporte	139.882,80 €	20.065,61 €				159.948,41 €
Equipamento biológico	- €					- €
Equipamento administrativo	71.745,31 €	2.648,91 €				74.394,22 €
Outros Activos fixos tangíveis	62.834,54 €	5.064,28 €				67.898,82 €
Total	801.432,40 €	124.417,76 €	- €	- €	- €	925.850,16 €
Valor Líquido à data de 31/12/2017	2.453.856,52 €	- 103.083,77 €	- €	- €	- €	2.350.772,75 €

6 Ativos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 a rubrica de Investimentos Financeiros é detalhado como se segue:

Descrição	2017	2016
Fundos de Compensação de Trabalho (FCT)	6.930,64 €	5.220,00 €
Total	6.930,64 €	5.220,00 €

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que ocorrem.

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Não Corrente	Não Corrente	Não Corrente
Empréstimos Bancários	2.390,31 €		6.935,09 €	
Total	2.390,31 €		6.935,09 €	

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 os inventários da Instituição eram detalhados como se segue:

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.573,28 €	126.702,07 €	- €	5.668,29 €
Total	4.573,28 €	126.702,07 €	- €	5.668,29 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				125.607,06 €
Variações nos inventários da produção				- €

9 Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utilizadores	236.487,97 €	236.253,95 €
Quotizações e joias	3.923,30 €	3.872,60 €
Promoção para captação de recursos	10.903,29 €	4.514,03 €
Serviços Secundários	3.556,44 €	666,76 €
Total	254.871,00 €	245.307,34 €

No que se refere às Mensalidades dos Utentes, nos períodos de 2017 e 2016, foram registados os seguintes valores:

Descrição	2017	2016
Mensalidades de utentes		
• CAO Portalegre	37.217,63 €	33.486,83 €
• RASR	23.792,46 €	23.716,29 €
• IP	- €	- €
• SAD	47.181,24 €	48.796,29 €
• Creche	20.279,24 €	19.459,70 €
• LAR	105.767,44 €	109.524,84 €
• CAO Marvão	2.249,96 €	1.270,00 €
Total	236.487,97 €	236.253,95 €

Na rubrica de Serviços Secundários estão registados os valores referentes ao Serviço de Lavandaria.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including what appears to be 'H. J.' and 'S. J.'.

10 Subsídios / Apoios à Exploração

Durante os períodos de 2017 e 2016, a Instituição beneficiou dos seguintes subsídios/apoios:

Descrição	2017	2016
Subsídios e Apoios		
• ISS, IP – Centro Regional Segurança Social	1.028.684,56 €	985.740,18 €
• ULSNA	42.837,11 €	29.335,43 €
• Município de Marvão	26.515,55 €	38.964,49 €
• INR – Instituto de Reabilitação, IP	4.913,53 €	8.224,01 €
• CIMAA	- €	600,00 €
• Município de Portalegre	3.709,77 €	- €
• IEFP	23.669,62 €	23.351,79 €
• PIEC - PIEF	- €	- €
• Outras Entidades	3.709,00 €	3.302,04 €
Total	1.134.039,14 €	1.089.517,94 €

O valor do apoio recebido do INR – Instituto de Reabilitação, IP, no tal de 4.913,53€, corresponde ao apoio concedido por aquele organismo, aos projetos 424/2017 – AniMAR as Férias, 435/2017 – Debaixo das Estrelas e 441/2017 – Capacitar para ter Voz V, no âmbito do Programa de Financiamento a Projetos 2017.

Os valores dos Subsídios concedidos pelo ISS, IP, são detalhados da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
ISS, IP – Centro Regional Segurança Social		
• CAO Portalegre	226.242,44 €	220.830,37 €
• RASR	72.689,88 €	71.194,80 €
• IP	136.758,50 €	133.945,68 €
• SAD	69.740,64 €	68.307,00 €
• Creche	79.621,29 €	62.636,54 €
• LAR	265.298,88 €	257.412,95 €
• CAO Marvão	98.535,43 €	92.365,34 €
• Cantinas Sociais	79.797,50 €	79.047,50 €
Total	1.028.684,56 €	985.740,18 €

11 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade manteve-se o mesmo que no ano anterior, sendo de 63.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	700.833,79 €	641.254,10 €
Benefícios Pós-Emprego	6.442,16 €	270,81 €
Indemnizações	- €	- €
Encargos sobre as Remunerações	143.810,17 €	127.235,06 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.281,52 €	6.133,38 €
Gastos de Ação Social	- €	- €
Outros Gastos com o Pessoal	21.917,19 €	13.100,47 €
Total	878.284,83 €	787.993,82 €

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Clientes

Nos períodos de 2017 e 2016, a Instituição detinha os seguintes valores a receber dos "Clientes":

Descrição	2017	2016
Clientes por resposta Social		
• CAO Portalegre	1.965,52 €	1.184,81 €
• RASR	638,75 €	1.049,99 €
• Creche	1.725,11 €	1.160,84 €
• SAD	816,63 €	585,91 €
• Lar Residencial	3.012,54 €	4.047,79 €
Sub-Total	8.158,55 €	8.029,34 €
Ulsna - IP	8.525,40 €	5.311,35 €
Município de Marvão - Creche	5.090,32 €	2.538,27 €
Outros	837,36 €	870,25 €
Sub-Total	14.453,08 €	8.719,87 €
Total	22.611,63 €	16.749,21 €

13.2 Outras Contas a receber

Nos períodos de 2017 e 2016, a Instituição detinha as seguintes "Outras Contas a Receber":

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	5,00 €	36,96 €
Outros Devedores		
• Devedores por Acréscimo de rendimentos	13.963,97 €	10.186,15 €
• Outros Devedores Diversos	4.147,91 €	9.313,07 €
Total	18.116,88 €	19.536,18 €

13.3 Diferimentos e rendimentos a reconhecer

Foi diferido o montante recebido do Projeto BPI Capacitar, uma vez que todos os valores financiados ainda não foram realizados.

Foi também diferido o valor correspondente ao gasto de Formação já registado, mas cujo curso irá decorrer em 2018.

Descrição	2017	2016
Diferimentos	6.199,94 €	- €
Rendimentos a Diferir	- 39.737,00 €	- €
Total	- 33.537,06 €	- €

13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.792,92 €	5.243,86 €
Depósitos à ordem	247.630,30 €	174.010,47 €
Depósitos a prazo	- €	- €
Outros	- €	- €
Total	249.423,22 €	179.254,33 €

13.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	483,48 €			483,48 €
Excedentes técnicos	- €			- €
Reservas	67.695,85 €			67.695,85 €
Resultados transitados	554.830,89 €	124.486,19 €		679.317,08 €
Excedentes de revalorização	- €			- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.628.480,83 €	52.515,02 €	4.353,68 €	1.580.319,49 €
Resultado líquido do Período	124.486,19 €	72.419,11 €	124.486,19 €	72.419,11 €
Total	2.375.977,24 €			2.400.235,01 €

41

13.6 Financiamentos Obtidos

A rubrica de "Financiamentos Obtidos", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
CCA – Edifício Sede	- €	123.466,73 €
CCA – Lar Residencial	- €	- €
CGD – Painéis Fotovoltaicos	- €	- €
Total	- €	123.466,73 €

No final do ano de 2017 foi liquidado o empréstimo referente à construção dos Serviços de Apoio ao CAO de Portalegre e SAD, também designado por SEDE.

13.7 Fornecedores

Nos períodos de 2017 e 2016, o saldo da conta "Fornecedores" é o seguinte:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c		
• De Produtos Alimentares	15.624,56 €	11.066,22 €
• De Serviços Especializados	8.004,81 €	7.266,28 €
• De Materiais e equipamentos	3.136,81 €	4.141,63 €
• De Outros	5.460,85 €	1.269,13 €
Total	32.227,03 €	23.743,26 €

13.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos períodos de 2017 e 2016, o saldo da conta "Estado e outros Entes Públicos", desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
• Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.541,62 €	11.234,18 €
Total	6.541,62 €	11.234,18 €
Passivo		
• IRS	4.014,08 €	3.940,97 €
• Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	201,19 €	102,05 €
• Segurança Social	17.070,93 €	13.475,94 €
• FCT e FGCT	276,51 €	247,23 €
Total	21.562,71 €	17.766,19 €

13.9 Outras Contas a Pagar

Nos períodos de 2017 e 2016, o saldo da conta "Outras Contas a Pagar", desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores de Investimentos	8.634,19 €	13.855,06 €
Credores por Acréscimos de Gastos		
• Remunerações a Liquidar	112.725,79 €	100.639,88 €
• Gastos de transferência da Creche	44.800,00 €	32.000,00 €
• Outros Acréscimos de Gastos	6.343,24 €	2.975,34 €
Total	172.503,22 €	149.470,28 €

13.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Instituição reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios	1.134.039,14 €	1.089.517,94 €
Doações (Donativos)	6.318,67 €	9.909,17 €
Heranças	- €	- €
Legados	- €	- €
Total	1.140.357,81 €	1.099.427,11 €

Os Subsídios estão divulgados com mais pormenor na Nota 10.

13.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	- €	- €
Serviços especializados	93.584,47 €	99.056,01 €
Materiais	13.383,46 €	21.371,75 €
Energia e fluidos	65.230,24 €	61.338,22 €
Deslocações, estadas e transportes	4.286,65 €	6.511,35 €
Serviços diversos	72.599,11 €	62.506,96 €
Total	249.083,93 €	250.784,29 €

13.12 Imparidade de dívidas a receber

Os montantes registados nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Perdas por imparidade nos valores a receber	- €	- €
Reversões das dívidas a receber	800,00 €	1.200,00 €
Total (Perdas) / Reversões	800,00 €	1.200,00 €

13.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	3.463,70 €	1.976,40 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	- €	23,86 €
Outros rendimentos e ganhos		
• Imputação de Subsídios para investimentos	52.515,02 €	53.897,33 €
• Restituição de Impostos	4.012,56 €	3.051,23 €
• Donativos	6.318,67 €	9.909,17 €
• Outros	3.225,34 €	1.846,66 €
Total	69.535,29 €	70.704,65 €

13.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	72,60 €	327,69 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	0,04 €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	- €
Outros Gastos e Perdas		
• Quotizações	2.400,00 €	1.520,00 €
• Outros	4.577,61 €	2.569,64 €
Total	7.050,21 €	4.417,37 €

7/10
 JF

13.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
• Juros suportados	2.390,31 €	6.935,09 €
• Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
• Outros gastos e perdas de financiamento	- €	- €
Total	2.390,31 €	6.935,09 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
• Juros obtidos	- €	- €
• Dividendos obtidos	- €	- €
• Outros Rendimentos similares	7,78 €	- €
Total	7,78 €	- €
Resultados Financeiros	- 2.382,53 €	- 6.935,09 €

Os Juros e Gastos Similares estão divulgados com mais pormenor na Nota 7.

13.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Portalegre, 6 de Março de 2018

A Contabilista Certificada

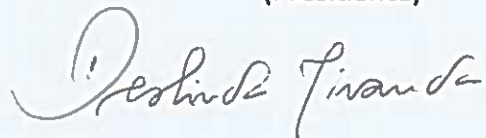
Francisca Nogueira

Proposta da Direção à Assembleia Geral

1. Que seja aprovado o relatório e Contas do exercício de 2017;
2. Que seja transferido para "Resultados Transitados", o resultado Líquido no montante de **72.419,11€**

Portalegre, 7 de Março de 2018

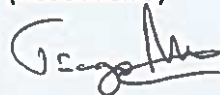
Deolinda da Encarnação Batista Miranda
(Presidente)



Joaquim Paulo Bezerra Claudino
(Vice-Presidente)



Tiago Valente Malta
(Tesoureiro)



Portalegre, 28 de Março de 2018

Joaquim de Jesus Fernandes Ferreira
(Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

